

# O Congresso precisa mudar

JORNAL DE BRASÍLIA

ADYLSON MOTTA

19 FEV 1994

O Congresso Nacional vive momento extremamente difícil. Conforme parlamentares mais antigos, o mais crítico de sua história recente. Não há edição de jornal ou programa de rádio e televisão que não se refira ao Parlamento brasileiro apontando seus defeitos e mazelas. Todos os segmentos da sociedade o atacam, inclusive membros de outros poderes da República.

Quando todas as manifestações têm um ponto de convergência — é triste mas necessário admitir — existe alguma verdade, descontadas as injustiças e as colocações levianas. Pelo apreço que tenho pela instituição de que participo e pelo desejo de vê-la respeitada e respeitável é que me atrevo a fazer estas reflexões.

O Congresso brasileiro, como o Congresso de qualquer outro país, é a imagem aproximada da sociedade e do respectivo povo que representa. É o seu espelho, o seu reflexo. Convenhamos: seria irreal um Parlamento perfeito, admitindo que isso pudesse ocorrer, a representar uma sociedade mergulhada em falhas, contrastes e todo o tipo de deformações que caracterizam um país subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento.

Ao longo de seus 173 anos de existência, o Congresso tem sido o centro dos acontecimentos políticos. Teve períodos de decisiva participação na vida nacional, teve épocas em que foi fechado, teve momentos de prerrogativas limitadas e teve fases de plena liberdade, como agora. Passou por sete constituições. Em cinco foi mero coadjuvante e na última, soberano.

O Legislativo tem que ser melhor estruturado, mais eficaz, mais dinâmico; tem que vencer os vícios que adquiriu em períodos de cerceamento das liberdades, quando trocou prerrogativas por privilégios e, reconquistadas aquelas, não soube se desfazer destes. É o caso da elaboração do orçamento, dos votos de liderança, das medidas provisórias. Para melhorar a qualidade da representação e do processo legislativo não bastam apenas a proliferação de CPIs e as punições dos culpados.

Investigação e punição são necessárias não apenas no Legislativo. Mas mais importante que CPIs e condenações é chegar à origem desses problemas e estabelecer mecanismos que os repilam. Parece-me que tudo se inicia pela falta de investimentos para educação, melhorando o nível cultural da população, criando uma consciência cívica que possibilite o apego aos símbolos e instituições nacionais e o discernimento

no cumprimento dos deveres de cidadania — dos quais o voto consciente é um dos principais.

Eleição tem que ser um ato de civismo, não mercantil, como ocorre em muitos casos, atualmente. Voto precisa ser arma da democracia, não moeda de barganha. É urgente modificar-se a Lei Eleitoral, para que se dê transparência absoluta às eleições. Do jeito que está hoje, a lei cooneta as fraudes que ocorriam com o patrocínio da lei anterior. É necessário comprometer o eleito com o partido, pela via da fidelidade partidária. Também falta rever os critérios atuais de representação, fixando um vínculo do eleito com sua base, o que se dará melhor pela forma do sistema eleitoral de distritos.

Os partidos precisam manter critérios na escolha dos candidatos, como vida pregressa ilibada, vocação política e sentimento nacional predominante sobre interesses pessoais. Defendo a declaração de bens dos candidatos, desde a campanha até o exercício do mandato, passando pela diplomação; a retirada dos sigilos bancário e fiscal e o fim da imunidade por crimes comuns. A Justiça eleitoral deve estruturar-se melhor para garantir a lisura do processo, incluindo gastos da campanha: o Congresso tem de munir-se de resguardos contra o desvirtuamento do processo legislativo.

Para tornar-se mais racional, eficiente e participativo, o Congresso deve funcionar de janeiro a dezembro. Os deputados e senadores ficariam um período de cada mês (sugiro 20 dias) em Brasília e outro (10 dias) junto às bases. Outra sugestão que faço é a da obrigatoriedade de votações individuais registradas em painel. Também vejo necessidade de manter ao Legislativo a responsabilidade de legislar, subtraindo-se o hoje absoluto poder das medidas provisórias. Se desejamos mudar a imagem do Congresso Nacional, precisamos ter em mente que ele é a viga-mestra da democracia, reconhecer nossos erros e reagir às agressões e injustiças. Tenhamos a coragem da auto-avaliação. Tenhamos a coragem política de mudar.

Se mudarmos, não ouviremos críticas de ministros do Supremo sobre o Legislativo; não daremos ensejo a declarações inconsequentes do ministro da Justiça sobre golpes de Estado; não levaremos admoestações do Presidente da República. Se mudarmos, recobramos nossa imagem e autoridade perante a sociedade brasileira.

■ **Adylson Motta** é deputado federal pelo PPR/RS, vice-presidente da Câmara, do Congresso Nacional e do Congresso Revisor.